

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO DOS MUNICÍPIOS

MODELO 9 - RELATÓRIO ELABORADO PELO GESTOR SOBRE AUDITORIAS DE GESTÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E DAS RECEITAS PRÓPRIAS

Responsável:	Randhal Juliano Barreto Coelho	Cargo:	Secretário Municipal de Fazenda
Município:	São Gonçalo	Exercício:	2024

1) AÇÕES DO GESTOR RESPONSÁVEL

1.1. GESTÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - GCT

ID	Irregularidades apontadas em Auditoria	Não iniciou	Em andamento	Concluiu	N/A
1	Inexistência de cobrança administrativa sistemática do crédito tributário inadimplido.			X	
2	Cobrança administrativa implementada, porém, não normatizada com ações sistemáticas e periódicas.			X	
3	Procedimentos restritivos à efetividade da cobrança administrativa, no que tange à comprovação da responsabilidade tributária para abertura de parcelamento dos débitos, de forma a apenas permitir a concessão quando o requerente é o próprio devedor ou seu procurador.			X	
4	Procedimentos restritivos à efetividade da cobrança administrativa, no que tange à vedação de concessão de parcelamentos na legislação municipal.		X		
5	Procedimentos restritivos à efetividade da cobrança administrativa, no que tange à inexistência de previsão de restrições razoáveis à concessão de parcelamentos que desestimulem o inadimplemento e o cancelamento dos parcelamentos deferidos aos contribuintes, como o pagamento de um sinal em um percentual razoável sobre a dívida existente.		X		
6	Inexistência de lei específica autorizadora de parcelamento.			X	
7	Parcelamentos concedidos em desconformidade com a lei específica autorizadora.			X	
8	Inexistência do protesto extrajudicial como forma de cobrança do crédito tributário inadimplido.			X	
9	Ocorrência de prescrições de créditos tributários.				PGM
10	Ocorrência de prescrição de créditos tributários oriundos de saldos remanescentes de parcelamentos inadimplidos.				PGM
11	Cobrança de créditos tributários já prescritos.				PGM
12	Inconsistências nos registros dos créditos tributários.		X		

13	Inconsistências do registro contábil do saldo da dívida ativa no município.		X		
----	---	--	---	--	--

1.2. GESTÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

ID	Irregularidades apontadas em Auditoria	Não iniciou	Em andamento	Concluiu	N/A
1	Incompatibilidade da norma municipal com as normas gerais do ISS.				X
2	Existência de alíquota de ISS inferior ao mínimo permitido.				X
3	Existência de Benefício fiscal concedido que resulta em alíquota efetiva inferior ao mínimo permitido.				X
4	Inexistência de consolidação da normatização tributária relativa ao ISS.				X
5	Falta de transparência da normatização do ISS em vigor.				X
6	Inexistência de cargos de fiscal de tributos na legislação municipal, com atribuições específicas de atividades de fiscalização tributária.				X
7	Inexistência de fiscais de tributos.				X
8	Fiscalização tributária exercida por agente incompetente.				X
9	Ocorrência de desvio de função dos fiscais de tributos.				X
10	Inexistência de publicação das medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos.			X	
11	Inexistência de planejamento da fiscalização do ISS, bem como do acompanhamento de resultados das ações fiscais.			X	
12	Inexistência de procedimentos eficazes de monitoramento da arrecadação do ISS.			X	
13	Inexistência de fiscalizações nas instituições bancárias.			X	
14	Inexistência de fiscalizações nos contribuintes de construção civil.				X
15	Inexistência de procedimentos eficazes de conciliação do faturamento dos contribuintes enquadrados no Simples Nacional.			X	
16	Inexistência de fiscalizações nos tomadores de serviços, na condição de responsáveis tributários.				X
17	Inexistência de procedimentos para fins de constituição do ISS na incorporação de empreendimentos novos.				X
18	Exigência irregular da quitação do imposto apurado para a concessão do “habite-se”.			X	
19	Inexistência de procedimentos fiscalizatórios com dados dos contribuintes de ISS junto às operadoras de cartões de crédito e débito.			X	
20	Ocorrência de instalação fictícia de vários contribuintes no mesmo endereço.				X

21	Irregularidades na dedução da base de cálculo de ISS na construção civil, relativa aos materiais empregados na obra.				X
22	Irregularidades na retenção de ISS dos serviços tomados pelo Município.				X

1.3. GESTÃO DOS IMPOSTOS IMOBILIÁRIOS MUNICIPAIS (IPTU e ITBI) - IIM

ID	Irregularidades apontadas em Auditoria	Não iniciou	Em andamento	Concluiu	N/A
1	Inexistência de Planta Genérica de Valores instituída por lei.				X
2	Planta Genérica de Valores não revisada tempestivamente.		X		
3	Inexistência de consolidação da normatização tributária relativa ao IPTU e ao ITBI.				X
4	Falta de transparência da normatização do IPTU e do ITBI em vigor.				X
5	Ausência de atualização monetária do valor do IPTU.				X
6	Atualização monetária da base de cálculo do IPTU em percentual divergente ao permitido na norma legal.				X
7	Cadastro imobiliário desatualizado.		X		
8	Ocorrência de imóveis cadastrados como sujeitos a tributação normal, sem lançamento de IPTU.				X
9	Ocorrência de aplicação, para cálculo do IPTU lançado, de alíquotas inferiores à mínima prevista na legislação municipal.				X
10	Ausência de fator de correção definido na norma municipal para a apuração da base de cálculo do IPTU.				X
11	Reconhecimento de imunidades de IPTU para imóveis locados ou cedidos em comodato a pessoas jurídicas imunes à Prefeitura.				X
12	Concessão irregular de isenção de IPTU para imóveis de servidores públicos.			X	
13	Concessão de isenção sem amparo legal OU por ato infralegal.				X
14	Inexistência da conta "Créditos Tributários a Receber", que deve registrar o valor do IPTU lançado para o exercício.			X	
15	Inconsistência do registro contábil do lançamento da receita de IPTU.			X	
16	Inexistência de lei instituindo obrigação acessória aos titulares de Cartórios de Registro de Imóveis e Distribuidores para informar periodicamente à Prefeitura sobre as transações imobiliárias ocorridas no município.			X	

17	Inexistência de arbitramentos de base de cálculo de ITBI em valor superior ao valor venal utilizado como base de cálculo do IPTU, com comprovação de notificação válida ao contribuinte, bem como da explicitação dos parâmetros e fatores que embasaram a forma de cálculo utilizada para valoração do imposto.			X	
18	Existência de processos de reconhecimento de imunidades de ITBI sobre transmissão de bens ou direitos de imóveis incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, sem constar comprovação documental de que a atividade preponderante do adquirente não se refere à compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil OU do lançamento de ofício do imposto.			X	

2) INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS AÇÕES DO GESTOR RESPONSÁVEL REGISTRADA NO ITEM 1

2.1. GESTÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - GCT

ID	Observações
1	A cobrança administrativa, atualmente, se encontra regulamentada no Decreto nº 229/2024, de 06/06/2024, que revogou o Decreto nº 240/2021 de 24/06/2021. Desde 2021, todas as ações pertinentes àquele setor estão sendo realizadas sistematicamente, inclusive, no final de 2024, foi disponibilizada ferramenta para notificação em lote, via e-mail, dos contribuintes devedores na fase administrativa da cobrança.
2	A cobrança administrativa, atualmente, se encontra regulamentada no Decreto nº 229/2024, de 06/06/2024, que revogou o Decreto nº 240/2021 de 24/06/2021. Desde 2021, todas as ações pertinentes àquele setor estão sendo realizadas sistematicamente, inclusive, no final de 2024, foi disponibilizada ferramenta para notificação em lote, via e-mail, dos contribuintes devedores na fase administrativa da cobrança. Foi realizado convênio com B-Cadastro, Serasa e Cartório de Protesto, a fim de tornar mais eficazes as cobranças administrativas.
3	Considerando a elevada complexidade da matéria e aos diversos procedimentos necessários para implementar as regras para o parcelamento e reparcelamento de créditos tributários e não tributários, a atual minuta de Projeto de Lei relacionada ao assunto em questão foi substituída por uma versão mais atualizada, aguardando a análise e emissão de parecer da Procuradoria Geral do Município.
4	Considerando a elevada complexidade da matéria e aos diversos procedimentos necessários para implementar as regras para o parcelamento e reparcelamento de créditos tributários e não tributários, a atual minuta de Projeto de Lei relacionada ao assunto em questão foi substituída por uma versão mais atualizada, aguardando a análise e emissão de parecer da Procuradoria Geral do Município.
5	Considerando a elevada complexidade da matéria e aos diversos procedimentos necessários para implementar as regras para o parcelamento e reparcelamento de créditos tributários e não tributários, a atual minuta de Projeto de Lei relacionada ao assunto em questão foi substituída por uma versão mais atualizada, aguardando a análise e emissão de parecer da Procuradoria Geral do Município.
6	Os parcelamentos estão sendo concedidos nos termos do Artigo 41, da Lei n.º 041/2003 c/c Decreto n. 080/2017.

7	Os parcelamentos estão sendo concedidos nos termos do Artigo 41, da Lei n.º 041/2003 c/c Decreto n. 080/2017, exceto objetos do Refis lei 1429/2023.
8	O protesto extrajudicial, atualmente, se encontra regulamentado pelo Decreto nº 229/2024, de 06/06/2024, que revogou o Decreto nº 240/2021 de 24/06/2021. Ademais, foi realizado convênio com B-Cadastro, Serasa e Cartório de Protesto, a fim de dinamizar as cobranças administrativas.
9	A Procuradoria Geral do Município é responsável pela gestão da dívida ativa.
10	A Procuradoria Geral do Município é responsável pela gestão da dívida ativa.
11	A Procuradoria Geral do Município é responsável pela gestão da dívida ativa.
12	Ainda se encontra pendente a integração do sistema tributário com o sistema contábil, mas está sendo diligenciado com a empresa Embras para que providencie a referida integração, a fim de que o Município consiga mitigar distorções e inconsistências
13	Ainda se encontra pendente a integração do sistema tributário com o sistema contábil, mas está sendo diligenciado com a empresa Embras para que providencie a referida integração, a fim de que o Município consiga mitigar distorções e inconsistências

2.2. GESTÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

ID	Observações
1	Não se aplica a irregularidade. As normas no Município são compatíveis com a Lei Complementar 116/2003.
2	Não se aplica a irregularidade. As normas do Município não estabelecem alíquotas abaixo do mínimo permitido na legislação em vigor.
3	Não se aplica a irregularidade. O benefícios fiscais concedidos no Município não violam a alíquota mínima permitida. No que se refere a isenção prevista no art. 157 da Lei 041/2003, cumpre frisar que não se trata de benefícios fiscais, alíquotas efetivas de ISS abaixo do mínimo de 2%, ou redução da base de cálculo, mas sim de uma modalidade de exclusão do crédito tributário, sendo entendida como uma dispensa legal do pagamento do tributo, em conformidade com o disposto no art. 175, inciso I, do Código Tributário Nacional (CTN). No caso do art. 157 da Lei 041/2003, temos a concessão de isenção por meio de lei específica, conforme disciplina o § 6º do art. 150 da Constituição Federal de 1988. Ademais, o art. 176 do CTN corrobora o texto constitucional ao estabelecer que “a isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração”. Destarte, entendemos que isenção prevista no art. 157 da Lei 041/2003, não é objeto de qualquer “guerra fiscal”.
4	Não se aplica a irregularidade. A normatização tributária encontra-se consolidada na Lei Municipal n. 041/2003 (Código Tributário Municipal), Decretos 090/2013 e 268/2007, todos disponíveis no site do Município.
5	Não se aplica a irregularidade. A normatização tributária encontra-se consolidada na Lei Municipal n. 041/2003 (CTM), disponível para consulta no site do Município no link https://www.saogoncalo.rj.gov.br/wp-content/uploads/2024/01/Lei-041-03-Compilada-ate-19-01-2024.pdf

6	Não se aplica a irregularidade. O cargo de Auditor da Receita Municipal (antigo fiscal de tributos) é regulado pelas Leis 326/2011 e 405/2011.
7	Não procede a irregularidade apontada, haja vista que a Secretaria Municipal de Fazenda dispõe de 23 (vinte e três) Auditores da Receita Municipal nomeados, todos lotados na Subsecretaria de Tributos.
8	Não se aplica a irregularidade. A fiscalização tributária do Município é exercida apenas por auditores da receita nomeados por meio de concurso público.
9	Não se aplica a irregularidade. Todos os auditores da receita encontram-se lotados na Subsecretaria de Tributos e desempenham atribuições específicas, nos termos da legislação em vigor.
10	Publicação da Portaria-SEI nº 07/SEMFA/GAB/2024, que estabelece metas de arrecadação dos tributos municipais.
11	Ação concluída, haja vista a publicação rotineira de “Ordem de Serviço”, contendo Cronograma de Fiscalização anual (em 2024 foi publicada a OS nº 001/SEMFA/2024, em 15/01/2024). Ademais, foi celebrado Convênio entre o Município e o Estado do Rio de Janeiro, permitindo aos auditores o acesso aos valores de movimentações de cartões de créditos e débitos. Foi realizado também, cadastro dos auditores da Receita Municipal para acesso ao Simples Nacional por meio de certificado digital. Em setembro de 2022 foi firmado convênio com a Receita Federal para permitir acesso dos auditores fiscais às informações relativas às escriturações contábeis digitais. Salienta-se que no exercício de 2024 foram abertas 211 Ordens de Fiscalização visando a correta apuração do ISS devido pelas empresas prestadoras de serviços no Município de São Gonçalo, tendo resultado na lavratura de 143 Autos de Infração, perfazendo um total de R\$ 8.491.294,24 (oito milhões, quatrocentos e noventa e um mil, duzentos e noventa e quatro reais e vinte e quatro centavos). Ademais, todas as ações fiscais fazem parte de relatórios rotineiros emitidos pela Subsecretaria de Tributos.
12	A arrecadação do ISS é monitorada por meio do sistema contratado da Empresa EMBRAS.
13	As ações relacionadas à fiscalização das instituições bancárias encontram-se em pleno andamento, conforme relatórios emitidos pela Subsecretaria de Tributos.
14	Publicada a “Ordem de Serviço 001/SEMFA/2024, em 15/01/2024 e Instrução Normativa nº 002/SEMFA/2023, em 02/08/2023, que dispõe acerca da uniformização de entendimento de apuração e lançamento do ISS afeto aos contribuintes que exploram a atividade de construção civil.
15	Acesso dos auditores ao Simples Nacional viabilizando a estes a visualização/análise das declarações contábeis e fiscais realizadas pelas empresas cadastradas no Simples Nacional. O Convênio firmado com a Receita Federal para acesso ao Sped Contábil (ECD) quando viabilizado irá auxiliar na conciliação das informações prestadas pelas empresas do Simples Nacional ao Município de São Gonçalo e à Receita Federal. Houve a implantação da Malha Fiscal do Programa Gerador do Documento de Arrecadação do Simples Nacional – Declaratório (PGDAS-D), no intuito de assegurar a conformidade tributária dos contribuintes que apresentavam possíveis irregularidades no Imposto Sobre Serviço (ISS), ao reter para análise as declarações retificadoras transmitidas pelos contribuintes com base na aplicação de parâmetros internos estabelecidos pela Secretaria de Fazenda. Outra medida de fiscalização é o cruzamento de dados, a fim de identificar possíveis indícios de descumprimento de obrigação tributária que poderiam resultar em sanções administrativas e penais.
16	De acordo com a legislação municipal, o sujeito passivo do ISS é sempre o prestador do serviço, nos termos do Artigos 158 e 159, da Lei n. 041/2003.
17	Os procedimentos estão sendo adotados nos termos do Decreto n. 268/2007, Capítulo V “Da Construção Civil”, que regulamenta o ISS
18	Publicada a Instrução Normativa Conjunta SEMFA/SEMDUR n.º 001/2017, para regular a matéria.
19	Foi celebrado Convênio entre o Município e o Estado do Rio de Janeiro, permitindo aos auditores o acesso aos valores de movimentações de cartões de créditos e débitos.
20	Irregularidade não encontrada no Município.
21	Publicação da Instrução Normativa nº 002/SEMFA/2023, em 15/01/2024.

22	Retenção regulamentada no art. 159, item 24 da Lei 041/2003
----	---

2.3. GESTÃO DOS IMPOSTOS IMOBILIÁRIOS MUNICIPAIS (IPTU e ITBI) - IIM

ID	Observações
1	A atual Planta Genérica de Valores encontra-se no prevista no Artigo 198, da Lei n. 041/2003.
2	Com a inexecução parcial do Contrato n. 011/2020, firmado com a Empresa Topocart Topografia, Engenharia e Aerolevantamento Ltda., referente ao subitem “Caracterização dos Terrenos e das Edificações”, o Município tem trabalhado na tentativa de vincular a base de dados deixada pela contratada, com a base de dados existente no Cadastro Imobiliário municipal. O padrão deixado pela Topocart diverge grandemente da atual Planta Genérica de Valores do Município, assim, a Secretaria de Fazenda contratou 64 Técnicos Especializados em Edificações, por meio de Processo Seletivo Simplificado, para dar continuidade aos trabalhos, a fim de viabilizar o recadastramento imobiliário e atualização da PGV, em conjunto com a Subsecretaria de Informática. Em 28 de agosto de 2024, foi publicada a portaria que criando a Comissão Permanente de Recadastramento e do Estudo da Nova Planta Genérica de Valores do Município, a fim de viabilizar a minuta da Nova Planta Genérica de Valores.
3	A normatização tributária encontra-se consolidada na Lei 041/2003, disponível para consulta no site do Município.
4	A normatização tributária encontra-se consolidada na Lei 041/2003, disponível para consulta no site do Município.
5	Os tributos municipais são atualizados em todo exercício fiscal pela variação do IPCA-e.
6	Os tributos municipais são atualizados em todo exercício fiscal pela variação do IPCA-e.
7	O Município providenciou uma nova estrutura física com capacidade para comportar a equipe que atua nos setores de cadastro imobiliário e geoprocessamento, incluindo os 64 novos técnicos que foram contratados. Foi desenvolvida ferramenta sistêmica para edição e correção das inconsistências de caracterização. A compra de novos computadores, possibilitou a realização do trabalho de correção dos dados entregues pela Empresa Topocart e o funcionamento da ferramenta desenvolvida. Todas essas medidas permitiram o lançamento do IPTU e Taxa de Coleta de Lixo de em torno de 154.758 (cento e cinquenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e oito) novas inscrições para o exercício de 2025 e a geocodificação de 6.234 unidades das 41.573 existentes. Ademais, no intuito de manter a atualização do cadastro imobiliário do Município foram firmados Contratos de Adesão com a Receita Federal para acesso ao sistema HOD e B-Cadastro para realização de consultas individualizadas. Ainda há o recebimento mensal, por parte dos Cartórios de Registro de Imóveis, das Declarações de Operações Imobiliárias (DOI).
8	Não aplicável, de acordo com a legislação municipal.
9	Não aplicável, de acordo com a legislação municipal.
10	O fator de correção encontra-se previsto no Art.31, da Lei 041/2003. Ademais, o Calendário de Tributos Municipais (CATRIM) contendo o fator de correção, é editado anualmente por meio de Decreto Municipal (últimas versões – Decreto nº 488/2023 e Decreto nº 453/2024 – disponíveis no site do Município).
11	O reconhecimento da isenção tributária de imóveis locados para o Município, tem previsão no inciso IV, Art. 194, da Lei 041/2003.
12	Alterado o inciso VII do art. 194 da Lei n.º 041/2003.
13	Todas as concessões de benefício fiscal são publicadas em DOE.

14	Em 2019 foi incluído no grupo ativo do Balanço Patrimonial a conta “Créditos Tributários a Receber”, a fim de registrar contabilmente o valor do IPTU lançado para o exercício, adequando-se ao Plano de Contas Aplicado ao Setor Público.
15	Os registros contábeis tem observados os valores dos tributos lançados por competência de acordo com os relatórios gerados através do sistema tributário.
16	Redação alterada do art. 214, da Lei 041/2003 (através da Lei n.º 073/2006).
17	A normatização tributária encontra-se consolidada na Lei 041/2003, disponível para consulta no site do Município, constando nas respectivas guias do ITBI as regras pertinentes.
18	Os processos administrativos de imunidade de ITBI são autuados obrigatoriamente com toda documentação probatória da atividade preponderante do adquirente, em observância à Lei 041/2003.

3) DEMAIS INFORMAÇÕES DO GESTOR QUE JULGAR PERTINENTES

4) APONTAMENTOS DO CONTROLE INTERNO

São Gonçalo, 26 de fevereiro de 2025

Local e Data



Gestor Responsável

Responsável pelo Controle Interno

- 1) AÇÕES DO GESTOR RESPONSÁVEL: Objetiva registrar o andamento das medidas tomadas visando o cumprimento das determinações plenárias, SEM A NECESSIDADE DO ENVIO DA COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL, referentes as auditorias
- 2) A outra opção (“N/A”) deve ser marcada caso o relatório da auditoria não tenha apurado essa irregularidade para município em questão;
- 3) No caso de a irregularidade apurada em auditoria ter sido respondida como “Em andamento” ou “Concluiu”, apresentar as justificativas e medidas adotadas através de nota explicativa, no mesmo nº de “ID”;
- 4) No caso de a irregularidade apurada em auditoria ter sido respondida como “Não iniciou”, apresentar as justificativas e medidas que serão adotadas, com previsão do prazo de conclusão, através de nota explicativa;
- 5) DEMAIS INFORMAÇÕES DO GESTOR QUE JULGAR PERTINENTES: Reservado para informação complementar, de uma forma geral, que não estejam registradas em notas explicativas;
- 6) APONTAMENTOS DO CONTROLE INTERNO: Reservado para as informações do controle interno que não estejam nos tópicos posteriores.

Entende-se como órgão competente o controle interno existente na estrutura administrativa da unidade jurisdicionada, sob coordenação e subordinação da unidade central, e, no caso de inexistência do mesmo, a unidade central de controle interno do órgão a qual a unidade jurisdicionada esteja vinculada.

Importante destacar que os tópicos desse relatório indicam questões que este Tribunal entende como relevantes de verificação, contudo não têm como objetivo engessar o controle interno na elaboração de seu relatório. Dessa forma, todo o conteúdo que o controle interno ache necessário deverá ser acrescentado nos tópicos ou informado no tópico 4 – Apontamentos do Controle Interno.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL DE GOVERNO DOS MUNICÍPIOS

MODELO 9 - RELATÓRIO ELABORADO PELO GESTOR SOBRE AUDITORIAS DE GESTÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E
DAS RECEITAS PRÓPRIAS

Responsável:	JANUZA BRANDÃO ASSAD SANTOS	Cargo:	PROCURADORA GERAL
Município:	SÃO GONÇALO	Exercício:	2024

1) AÇÕES DO GESTOR RESPONSÁVEL

1.1. GESTÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - GCT

ID	Irregularidades apontadas em Auditoria	Não iniciou	Em andamento	Concluiu	N/A
1	Inexistência de cobrança administrativa sistemática do crédito tributário inadimplido.				
2	Cobrança administrativa implementada, porém, não normatizada com ações sistemáticas e periódicas.				
3	Procedimentos restritivos à efetividade da cobrança administrativa, no que tange à comprovação da responsabilidade tributária para abertura de parcelamento dos débitos, de forma a apenas permitir a concessão quando o requerente é o próprio devedor ou seu procurador.				
4	Procedimentos restritivos à efetividade da cobrança administrativa, no que tange à vedação de concessão de parcelamentos na legislação municipal.				
5	Procedimentos restritivos à efetividade da cobrança administrativa, no que tange à inexistência de previsão de restrições razoáveis à concessão de parcelamentos que desestimulem o inadimplemento e o cancelamento dos parcelamentos deferidos aos contribuintes, como o pagamento de um sinal em um percentual razoável sobre a dívida existente.				
6	Inexistência de lei específica autorizadora de parcelamento.				
7	Parcelamentos concedidos em desconformidade com a lei específica autorizadora.				
8	Inexistência do protesto extrajudicial como forma de cobrança do crédito tributário inadimplido.				
9	Ocorrência de prescrições de créditos tributários.			X	
10	Ocorrência de prescrição de créditos tributários oriundos de saldos remanescentes de parcelamentos inadimplidos.			X	
11	Cobrança de créditos tributários já prescritos.			X	
12	Inconsistências nos registros dos créditos tributários.				
13	Inconsistências do registro contábil do saldo da dívida ativa no município.				

1.2. GESTÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

ID	Irregularidades apontadas em Auditoria	Não iniciou	Em andamento	Concluiu	N/A
1	Incompatibilidade da norma municipal com as normas gerais do ISS.				

2	Existência de alíquota de ISS inferior ao mínimo permitido.				
3	Existência de Benefício fiscal concedido que resulta em alíquota efetiva inferior ao mínimo permitido.				
4	Inexistência de consolidação da normatização tributária relativa ao ISS.				
5	Falta de transparência da normatização do ISS em vigor.				
6	Inexistência de cargos de fiscal de tributos na legislação municipal, com atribuições específicas de atividades de fiscalização tributária.				
7	Inexistência de fiscais de tributos.				
8	Fiscalização tributária exercida por agente incompetente.				
9	Ocorrência de desvio de função dos fiscais de tributos.				
10	Inexistência de publicação das medidas de combate à evasão e à sonegação de tributos.				
11	Inexistência de planejamento da fiscalização do ISS, bem como do acompanhamento de resultados das ações fiscais.				
12	Inexistência de procedimentos eficazes de monitoramento da arrecadação do ISS.				
13	Inexistência de fiscalizações nas instituições bancárias.				
14	Inexistência de fiscalizações nos contribuintes de construção civil.				
15	Inexistência de procedimentos eficazes de conciliação do faturamento dos contribuintes enquadrados no Simples Nacional.				
16	Inexistência de fiscalizações nos tomadores de serviços, na condição de responsáveis tributários.				
17	Inexistência de procedimentos para fins de constituição do ISS na incorporação de empreendimentos novos.				
18	Exigência irregular da quitação do imposto apurado para a concessão do "habite-se".				
19	Inexistência de procedimentos fiscalizatórios com dados dos contribuintes de ISS junto às operadoras de cartões de crédito e débito.				
20	Ocorrência de instalação fictícia de vários contribuintes no mesmo endereço.				
21	Irregularidades na dedução da base de cálculo de ISS na construção civil, relativa aos materiais empregados na obra.				
22	Irregularidades na retenção de ISS dos serviços tomados pelo Município.				

1.3. GESTÃO DOS IMPOSTOS IMOBILIÁRIOS MUNICIPAIS (IPTU e ITBI) - IIM

ID	Irregularidades apontadas em Auditoria	Não iniciou	Em andamento	Concluiu	N/A
1	Inexistência de Planta Genérica de Valores instituída por lei.				
2	Planta Genérica de Valores não revisada tempestivamente.				
3	Inexistência de consolidação da normatização tributária relativa ao IPTU e ao ITBI.				
4	Falta de transparência da normatização do IPTU e do ITBI em vigor.				

5	Ausência de atualização monetária do valor do IPTU.				
6	Atualização monetária da base de cálculo do IPTU em percentual divergente ao permitido na norma legal.				
7	Cadastro imobiliário desatualizado.				
8	Ocorrência de imóveis cadastrados como sujeitos a tributação normal, sem lançamento de IPTU.				
9	Ocorrência de aplicação, para cálculo do IPTU lançado, de alíquotas inferiores à mínima prevista na legislação municipal.				
10	Ausência de fator de correção definido na norma municipal para a apuração da base de cálculo do IPTU.				
11	Reconhecimento de imunidades de IPTU para imóveis locados ou cedidos em comodato a pessoas jurídicas imunes à Prefeitura.				
12	Concessão irregular de isenção de IPTU para imóveis de servidores públicos.				
13	Concessão de isenção sem amparo legal OU por ato infralegal.				
14	Inexistência da conta "Créditos Tributários a Receber", que deve registrar o valor do IPTU lançado para o exercício.				
15	Inconsistência do registro contábil do lançamento da receita de IPTU.				
16	Inexistência de lei instituindo obrigação acessória aos titulares de Cartórios de Registro de Imóveis e Distribuidores para informar periodicamente à Prefeitura sobre as transações imobiliárias ocorridas no município.				
17	Inexistência de arbitramentos de base de cálculo de ITBI em valor superior ao valor venal utilizado como base de cálculo do IPTU, com comprovação de notificação válida ao contribuinte, bem como da explicitação dos parâmetros e fatores que embasaram a forma de cálculo utilizada para valoração do imposto.				
18	Existência de processos de reconhecimento de imunidades de ITBI sobre transmissão de bens ou direitos de imóveis incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, sem constar comprovação documental de que a atividade preponderante do adquirente não se refere à compra e venda desses bens ou direitos, locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil OU do lançamento de ofício do imposto.				

2) INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS AÇÕES DO GESTOR RESPONSÁVEL REGISTRADA NO ITEM 1

2.1. GESTÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO - GCT

ID	Observações
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	

8	
9	Implementado o programa Concilia 2024 com ações voltadas a oferecer aos contribuintes as quitações de dívidas relevando os créditos tributários municipais.
10	O programa Concilia 2024 incluiu ações voltadas aos contribuintes quitação de dívidas com a opção de parcelamento.
11	Os créditos tributários prescritos foram identificados e foram objeto de revisão de forma individualizada.
12	
13	

2.2. GESTÃO DO IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

ID	Observações
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	

2.3. GESTÃO DOS IMPOSTOS IMOBILIÁRIOS MUNICIPAIS (IPTU e ITBI) - IIM

ID	Observações
1	
2	
3	
4	
5	

6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	

3) DEMAIS INFORMAÇÕES DO GESTOR QUE JULGAR PERTINENTES

4) APONTAMENTOS DO CONTROLE INTERNO

Local e Data

Gestor Responsável

Responsável pelo Controle Interno

Tutorial

- 1) AÇÕES DO GESTOR RESPONSÁVEL: Objetiva registrar o andamento das medidas tomadas visando o cumprimento das determinações plenárias, SEM A NECESSIDADE DO ENVIO DA COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL, referentes as auditorias
- 2) A outra opção ("N/A") deve ser marcada caso o relatório da auditoria não tenha apurado essa irregularidade para município em questão;
- 3) No caso de a irregularidade apurada em auditoria ter sido respondida como "Em andamento" ou "Com justificativas e medidas adotadas através de nota explicativa, no mesmo nº de "ID";
- 4) No caso de a irregularidade apurada em auditoria ter sido respondida com medidas que serão adotadas, com previsão do prazo de conclusão, através de nota explicativa;
- 5) DEMAIS INFORMAÇÕES DO GESTOR QUE JULGAR PERTINENTES: Reservado para as informações gerais, que não estejam registradas em notas explicativas;
- 6) APONTAMENTOS DO CONTROLE INTERNO: Reservado para as informações referentes a auditorias de controle interno, tópicos posteriores.

Entende-se como órgão competente o controle interno existente na estrutura administrativa da unidade jurisdicionada, sob coordenação e subordinação da unidade central, e, no caso de inexistência do mesmo, a unidade central de controle interno do órgão a qual a unidade jurisdicionada esteja vinculada.

Importante destacar que os tópicos desse relatório indicam questões que este Tribunal entende como relevantes de verificação, contudo não têm como objetivo engessar o controle interno na elaboração de seu relatório. Dessa forma, todo o conteúdo que o controle interno ache necessário deverá ser acrescentado nos tópicos ou informado no tópico 4 – Apontamentos do Controle Interno.
